



OLHARES SITUADOS, SABERES LOCALIZADOS: OBJETIVIDADE E ENSINO DE FILOSOFIA À LUZ DE HARAWAY

PROF^a DRA. MARIA HELENA SOARES¹

RESUMO

Este ensaio resulta da conferência “Gênero e Ciência: olhares situados sobre o ensino de Filosofia” na abertura da XXII Semana de Filosofia e da XIII Semana PET-Filosofia ocorridas na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Na conferência e no presente texto busquei analisar à luz da epistemologia de Donna Haraway o problema das ausências e invisibilidades de mulheres na história da Filosofia e seu ensino. Para isso, me dedico à sua proposta crítica de objetividade corporificada e saberes localizados. A metáfora da visão usada por Haraway é por nós retomada a fim de compreender e reafirmar a necessidade de diversificarmos as lentes usadas para a história da Filosofia e seu ensino. Parcialidade e situacionalidade são, portanto, valores fundamentais para esta objetividade corporificada.

Palavras-chave: Saberes localizados. Epistemologia feminista. Ensino de Filosofia. Objetividade corporificada.

RESUMEN

Este ensayo es resultado de la conferencia “Género y Ciencia: perspectivas situadas en la enseñanza de la Filosofía” en la apertura de la XXII Semana de la Filosofía y de

¹ Professora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: prof.mariahelenasoares@gmail.com

la XIII Semana PET-Filosofía realizadas en la Universidad Estatal del Centro-Oeste (Unicentro). Durante la conferencia y en este texto, busqué analizar, a la luz de la epistemología de Donna Haraway, el problema de las ausencias e invisibilidades de las mujeres en la historia de la filosofía y su enseñanza. Para ello, me dedico a su propuesta crítica de objetividad encarnada y conocimiento situado. La metáfora de la visión utilizada por Haraway es retomada por nosotros para comprender y reafirmar la necesidad de diversificar los lentes utilizados para la historia de la Filosofía y su enseñanza. La parcialidad y la situacionalidad son, por lo tanto, valores fundamentales para esta objetividad encarnada.

Palabras clave: Conocimiento situado. Epistemología feminista. Enseñanza de la filosofía. Objetividad encarnada.

INTRODUÇÃO

Este ensaio resulta da conferência “**Gênero e Ciência: olhares situados sobre o ensino de Filosofia**” na abertura da XXII Semana de Filosofia e da XIII Semana PET-Filosofia ocorridas na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), no Campus Santa Cruz, em Guarapuava, entre os dias 25 e 29 de novembro de 2024, cujo tema foi “Gênero, Ciência e Filosofia”. A convite da professora Dra. Patrícia Riffel, apresentei considerações de minhas pesquisas e atuação em sala de aula sobre as relações entre ciência, filosofia, ensino e feminismos. Este texto resulta também, portanto, da interlocução com aqueles que se colocaram entre questões e comentários que me motivaram a seguir com esta pesquisa que agora se apresenta como texto.

Minha trajetória de pesquisa se deu desde a graduação em torno da Filosofia da Ciência, sobretudo da tradição francesa. A partir do doutorado, iniciado em 2017 e concluído em 2021, pude ampliar meu tema de pesquisa para as questões de gênero e feminismos com enfoque na filosofia e seu ensino. Resultado desta pesquisa, a tese intitulada “A natureza-cultura em construção: histórias de filosofia e ciência sobre corpos e feminismos” visa a reconstrução do conceito de natureza, bem como a sua relação estreita com o de objetividade, na história da filosofia que se dedica a pensar a ciência e suas questões. Em uma análise feminista desde a modernidade até a contemporaneidade, busquei reconstruir os caminhos percorridos por diferentes filosofias situadas sobre temas fundamentais, a saber, natureza, objetividade, feminismo, sexo e corpo. Retornei a esta tese para pensar a conferência apresentada e aqui referenciada, por entender que alguns textos não se esgotam em suas publicações. As pontas soltas desta tese frequentemente me ajudam a voltar a ela e a recuperar os argumentos que ficaram por desenvolver. Espero conseguir trazer ao presente texto o que almejei não apenas ao revisitar,

mas sobretudo ao revisar argumentos aos quais me dedico seja na pesquisa, seja na prática de sala de aula, que nos exige, afinal, uma formação continuada.

Como minha fala se deu no dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, pedi licença à audiência para relemburar o motivo pelo qual dias como esse seguem necessários dentro e fora da academia. Proclamado em 1999 em assembleia da ONU, o dia 25 de novembro rememora quando, em 1960, as irmãs Mirabal foram assassinadas por causa de sua identidade como mulheres e ativistas. Seu crime: ter lutado por direitos contra o ditador dominicano, Rafael Trujillo (1930-1961).

Em 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas já havia adotado a Resolução 48/104 para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que define esse tipo de violência como “qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou seja provável que resulte, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo na vida pública ou privada”.

Em agosto de 2006, no Brasil, é promulgada a Lei nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, em referência a farmacêutica bioquímica cearense, ativista dos direitos humanos e da luta contra a violência doméstica, sobrevivente de duas tentativas de feminicídio do seu então marido, em 1983. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Maria da Penha, em sua atuação política, não é apenas uma vítima, ela “protagonizou um testemunho que funda um novo código” (Madeira, 2025, p.115). Este código, que alguns podem supor incorrer na mera judicialização da vida, corresponde a um nomear, isto é, fazer ver o que há muito se ignorava a despeito da recorrência que “a violência contra mulheres é a expressão de um sistema de dominação que articula gênero, raça e classe” (Madeira, 2025, p.116).

Apenas em 9 de março de 2015, violência doméstica e familiar, e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher passam a qualificar um homicídio simples em feminicídio em Lei (nº 13.104). Ato cometido com intenção ou propósito de morte que se dirige às mulheres especificamente por serem mulheres. Este tipo de crime não encontra suas raízes no ano da promulgação da Lei, no entanto, e como nos lembra a filósofa britânica Miranda Fricker (1966-): “a injustiça hermenêutica ocorre quando uma lacuna nos recursos interpretativos coletivos deixa alguém em desvantagem injusta quando se trata de fazer sentido suas experiências sociais” (Fricker, 2023[2007], p.17-18).

Ainda sobre a falta, ou sobre uma possível lacuna hermenêutica que impediria a plena compreensão da experiência de violência contra mulheres, apenas em 2023, o Supremo Tribunal Federal — em julgamento do mérito da matéria, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779 —

declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Esta tese, da legítima defesa da honra, foi frequentemente usada para justificar atos violentos contra mulheres por meio da conduta da vítima. O ano já é 2025 e datas como essas seguem urgentes em sociedades como a nossa, isto é, sociedades ainda marcadas por um alto índice de violência de gênero e feminicídio que tem, em sua origem, as marcas do colonialismo, do racismo, do sexismo e do nacionalismo de modo interconectado (Collins, 2022).

Ao olharmos para a história da Filosofia e seu ensino em suas múltiplas expressões e em diferentes territórios e tempos, vemos que “cídio”, sufixo latino que designa uma ação que provoca morte ou extermínio, pode se dar também contra a construção do conhecimento e da memória de determinados grupos. Epistemicídio corresponde a um conceito, e aqui referencio a professora e filósofa brasileira Sueli Carneiro (1950-), que o desenvolve em sua tese defendida em 2005 e publicada em livro em 2023, que nos remete a um tipo de extermínio de formas de saberes e subjetividades de grupos minoritários, marcadamente mulheres e homens negros.

A história da filosofia no Ocidente foi construída sob muitas injustiças, apagamentos e cídios. No presente trabalho, analiso alguns desses silenciamentos provocados pela produção da filosofia da ciência à luz do conceito de objetividade. Para isso, retomarei uma filósofa e bióloga estadunidense, Donna Haraway (1944-) que, felizmente, tem sido bastante traduzida e publicada recentemente no Brasil. Trata-se de uma autora que, junto a outras figuras históricas da filosofia feminista contemporânea, reúne, desde pelo menos a década de 80 do século XX, análises importantes para os estudos de ciência, feminismo e gênero.

OLHARES SITUADOS, SABERES LOCALIZADOS

Acredito que a importância da obra de Haraway se encontra em suas análises sobre problemas fundamentais, como os dualismos que caracterizam a ciência moderna, a partir da relação entre filosofia da ciência, feminismo e tecnociência. Já a atualidade de seu pensamento decorre, penso, da profícua relação entre diferentes áreas do conhecimento e suas produções, como a biologia, a filosofia e a literatura de ficção científica, para o desenvolvimento de argumentos sobre o que ela entende, por exemplo, como o sistema natureza-cultura, ou o *Chthuluceno*².

2 Sobre este conceito, Haraway o pensa a partir da reflexão acerca do Antropoceno, que para ela corresponde “mais um evento-limite do que uma época, como a fronteira K-Pg entre o Cretáceo e o Paleoceno” (Haraway, 2016): “Então, penso que mais do que um grande nome, na verdade, é preciso pensar num novo e potente nome. Assim, Antropoceno, Plantationoceno e Capitaloceno (termo de Andreas Malm e Jason Moore antes de ser meu). E também insisto em que precisamos de um nome para as dinâmicas de forças e poderes *sim-chthonicas* em curso, das quais as pessoas são uma parte, dentro das quais esse processo está em jogo. Talvez, mas só talvez, e apenas com intenso compromisso e trabalho colaborativo com outros terranos, será possível fazer florescer arranjos multiespécies ricas, que incluam as pessoas. Estou chamando tudo isso de Chthuluceno – passado, presente e o que está por vir” (Haraway, 2016).

Recentemente, publiquei o artigo “Donna Haraway e a implosão do projeto moderno de ciência” na Revista Estudos Feministas em que analiso três trabalhos de sua vasta obra em que os problemas da natureza, cultura, mundo, objetividade e sujeito da ciência podem ser estudados de forma complementar e comparada, pelo período em que foram escritos, antes e depois da queda do muro de Berlim. Essa exposição nos dará a ver o desenvolvimento de um pensamento, simultaneamente, vivo e persistente. O primeiro trabalho é o “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, publicado pela primeira vez em 1985 pela *Socialist Review*, e publicado em seu livro “*In simians, cyborgs and women: the reiventon of nature*”, em 1991. O segundo trabalho trata-se de um texto que reúne comentários de Haraway ao *The science question in feminism*, de Sandra Harding (1986), ocorridos nas reuniões da *Western Division da American Philosophical Association*, São Francisco, em março de 1987. Publicado originalmente em 1988 pela *Feminist studies*, “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” foi traduzido por Mariza Corrêa e publicado, originalmente, em 1995 pela Cadernos Pagu. O último é o *Modest Witness@Second_Millennium.FemaleMan©_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience*, publicado em uma primeira edição em 1997 e uma segunda em 2018, acrescida de uma entrevista com Haraway sobre os vinte anos da publicação.

Os três textos, defendo, mostram um certo desenvolvimento não linear no pensamento de Haraway, inclusive acerca de conceitos importantes, como o próprio sistema natureza-cultura, que ela se permite não definir de uma vez por todas a fim de encarar a complexidade inerente destes em suas relações com o mundo que partilhamos. Em minha comunicação, me dediquei mais detidamente ao artigo “*Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*” por entender que ele marca uma posição importante de Haraway acerca dos conceitos de gênero e mesmo de objetividade científica. Para Haraway, o caráter situado do conhecimento, isto é, sua corporeidade ou localização corresponde a um compromisso crítico da perspectiva feminista que retoma a metáfora da visão para subverter a lógica tanto da aparente neutralidade científica quanto dos binarismos ainda presentes em perspectivas feministas. Em seus termos:

A persistência da visão

Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão. A visão pode ser útil para evitar oposições binárias. Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco,

uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens, isto é, aqui, na barriga do monstro, nos Estados Unidos no final dos anos 80. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: **objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados** (Haraway, 2009[1995], p.18).

A situacionalidade, isto é, a localização e a parcialidade do conhecimento correspondem, hoje, a valores compartilhados por diferentes abordagens do que chamamos de epistemologias feministas. A situacionalidade se refere, portanto, a uma crítica à promessa do conhecimento neutro e universal, o conhecimento não marcado. Este “truque de deus” será, assim, analisado e criticado por Haraway:

Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos [...] Compreender como esses sistemas visuais funcionam, tecnicamente, socialmente e, psiquicamente, deveria ser um modo de **corporificar a objetividade feminista** (HARAWAY, 2009 [1995], p. 22).

A metáfora da fotografia não é fortuita. A lente fotográfica também conhecida por objetiva corresponde a um conjunto de lentes ópticas manipuladas de tal modo a capturar imagens que podem ser armazenadas e reproduzidas por câmeras e outros instrumentos digitais. Não existe uma única câmera ou objetiva capaz de atender a todas as especificidades e necessidades que se possa ter ao armazenar ou reproduzir uma imagem (Daston, 1999). A escolha da câmera e das lentes pode variar, assim, de acordo com o objeto a ser fotografado, o meio, a distância, a iluminação e mesmo a finalidade da imagem, isto é, o uso que será feito da mesma. Para uma celebração familiar, por exemplo, é comum o registro fotográfico por instrumentos simples como um celular, o que inclui aparelhos de baixa até a mais alta resolução. No entanto, para eventos formais, há o costume de contratarmos um profissional que não apenas tenha sensibilidade no olhar, mas também possua e saiba operar equipamentos profissionais com lentes que alcancem um foco preciso e a mais perfeita resolução. Não é raro também que este profissional realize ainda um trabalho de edição sobre as cores. Já em um trabalho de campo em que pesquisadores da botânica precisam registrar seus experimentos, a objetiva será escolhida em função da finalidade do projeto, da hipótese e da metodologia desenvolvida pelo grupo. Uma outra área da biologia, a astrobiologia, que visa a compreensão da origem da vida fora da órbita da Terra, trabalha com outros instrumentos, lentes, teorias, métodos e hipóteses, isto é, com outras objetividades.

Cada registro carrega em si a necessidade prévia de um saber-fazer e uma teoria (Daston e Galison, 2007). Ainda que, ao persistir na metáfora da visão e sua relação com a crítica feminista da objetividade, Haraway reconhece que “há uma relação muito frouxa entre o que os cientistas acreditam ou dizem acreditar e o que eles realmente fazem” (HARAWAY, 2009 [1995], p. 9). Ela reconhece, com isso, que a ideia de uma objetividade científica descorporificada, típica em manuais didáticos de ciências e na literatura de divulgação tecnocientífica, ganham espaço apenas entre não cientistas e mesmo entre filósofos, ou pelo menos entre aqueles que idealizam uma Ciência neutra, que se move apenas pela inovação e pelo progresso. A crença na visão infinita, a promessa da visão de toda parte e de lugar nenhum, é abordada por Haraway como um problema, o mito do “truque de deus”, que atinge visões relativistas e totalitárias sobre ciência em igual medida.

Haraway não pretende vincular-se ao que ela entende como relativismo radical, isto é, como uma vertente que visa afirmar o caráter social das ciências por meio da construção de narrativas sobre o real. O problema, para ela, é justamente como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo o conhecimento e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica sobre as tecnologias de produção de sentido, e um sério compromisso com explicações fiéis de um mundo que possa ser “**parcialmente compartilhado e amistoso** em relação a projetos terrestres de **liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada**”. (HARAWAY, 2009 [1995], p.15-16. grifo nosso). Vemos, assim, que a crítica feminista sobre a objetividade de Haraway implica também uma ética dedicada a um modo de viver compartilhado em um mundo que exige uma reflexão realista sobre conceitos importantes como os de felicidade, abundância, sofrimento e felicidade. Diante dos desafios da contemporaneidade, não há promessas de uma convivência livre de obstáculos. O que há muito já havia sido afirmado na filosofia da ciência, desde pelo menos Gaston Bachelard (1884-1962) — com a análise dos obstáculos epistemológicos (Bachelard, [1938] 2006)—, no pensamento de Haraway vemos não apenas pela perspectiva da atividade científica, mas sim pelo habitar o mundo sem negar a perenidade de seus problemas e seu caráter intrínseco aos mais diferentes seres que o habitam (Haraway, 2023). Em seus termos:

As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre

como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (HARAWAY, 2009 [1995], p.16).

A objetividade corporificada, isto é, localizada ou situada, de Haraway é, portanto, sua resposta e, por assim dizer, um complemento tanto a ideologias tradicionais da objetividade quanto a perspectivas críticas feministas da objetividade (Harding, 1986). Para ela, é de fato e somente ela, a parcialidade, não a pretensa universalidade, que garante o conhecimento, “mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes” (Haraway, 2009 [1995], p.24). Não há, portanto, uma defesa da representatividade enquanto valor de privilégio epistêmico para a teoria da perspectiva de Haraway. Ainda que ela defenda — bem como Harding (2015) também o faria em seu desenvolvimento da teoria da perspectiva (ponto de vista) — que:

Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. De tal ponto de vista, a categoria não marcada realmente desapareceria - enorme diferença da simples repetição de um ato de desaparecimento. O imaginário e o racional - a visão visionária e a objetiva - circulam bem juntos. Creio que a proposta de Harding a favor de uma ciência sucessora e de sensibilidades pós-modernas deve ser lida como um argumento de que este encontro entre o elemento fantástico de esperança por um conhecimento transformador e o controle rigoroso e o estímulo de uma firme avaliação crítica reiterada são, em conjunto, a base de qualquer proposta crível de objetividade ou racionalidade não crivada por negações e repressões de tirar o fôlego. É até possível ler o registro das revoluções científicas em termos dessa doutrina feminista de racionalidade e objetividade. A ciência foi utópica e visionária desde o início; esta é a razão pela qual “nós” precisamos dela (HARAWAY, 2009 [1995], p.24-25).

ENSINO DE FILOSOFIA SITUADO, OBJETIVIDADE CORPORIFICADA

A formação em Filosofia envolve, desde o início, o questionamento sobre a natureza da Filosofia e seus métodos. Na origem da disciplina em sua profissionalização acadêmica, destaca-se a década de 1940 com a missão francesa na Universidade de São Paulo, introduzido por Martial Gueroult e Victor Goldschmidt. Sobre os limites e fins da Filosofia, Gueroult declarou: “a filosofia não pode pôr-se em sua liberdade autônoma sem determinar-se em relação ao que a precedeu como filosofia ou não filosofia — segundo um processo de repulsão e acomodação” (GUEROULT, 1968, p. 196). Essa inspiração francesa acaba por estabelecer uma

relação codependente e condescendente na formação filosófica nacional, centrada na exegese de obras clássicas sobretudo do continente europeu e norte-americano.

No entanto, vale lembrar o seguinte trecho de Gueroult que reconhece o caráter situado das histórias da filosofia:

(...) a história da filosofia não poderia ser a história de um progresso, não poderia ter como objeto de estudo a aquisição da verdade; ela visa um conjunto de doutrinas situadas sobre o mesmo plano e que conservam, todas, uma relação possível com uma verdade não adquirida, que jamais é dada e que resta sempre por procurar. Tudo o que há de filosofia no mundo reside nesses sistemas cujo valor (filosófico) os coloca como objetos dignos tanto de uma história quanto de uma polêmica. Além disso, ao contrário do que se passa nas ciências, a história da filosofia é de fato o instrumento principal de iniciação à filosofia, e, para a filosofia, fonte permanente de inspiração.

A ausência de verdades adquiridas faz com que a filosofia não possa ser encerrada, como uma ciência, em um corpo constituído por verdades anônimas, aceitáveis sem nenhuma oposição por todas as inteligências, mas faz com que ela possa parecer residir no conjunto das filosofias surgidas no decurso das diferentes épocas (GUEROULT, 1968, 193-194).

Com o fortalecimento das pesquisas em ensino de Filosofia e dos estudos feministas, negro e descoloniais, evidenciam-se esforços para reconhecer que esse método, da exegese de textos filosóficos que toma a história da filosofia como um dado, levou ao escamoteamento e, mesmo, à exclusão de estilos e sujeitos historicamente marginalizados. Mulheres, negros, povos indígenas e autores orientais, assim como textos que desafiavam os padrões tradicionais, foram frequentemente considerados “não filosóficos” e, portanto, excluídos da produção de conhecimento, da cidadania e da educação. Pesquisar o conceito de Filosofia e seu ensino exige, hoje, um olhar crítico para essas ausências — mesmo que isso implique repensar o próprio estatuto epistemológico da Filosofia, desde seu cânone até sua prática pedagógica.

O ensino de filosofia, marcado por invisibilidades e exclusões, pode ser analisado pelo entrecruzamento de gênero, raça, classe, geolocalização dentre outros marcadores. Ao investigar os currículos de formação³, por meio das propostas e das ementas dos cursos de bacharelado e licenciatura em Filosofia, ou ainda pelos livros didáticos⁴ voltados para o ensino da disciplina no Ensino Básico, nota-se

3 Segundo Tomaz Tadeu da Silva: “O currículo seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo” (SILVA, 2005, p.11). Ou seja, mais do que um documento orientador do ensino, pensado pelos objetivos e fins da formação, seja superior seja do ensino básico, o currículo deve ser pensado como um documento formador, como um documento de identidade, como afirma Tomaz Tadeu da Silva, que nos afirma enquanto sujeito e, ao mesmo tempo, enquanto projeto societário.

4 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), enquanto um dos mais antigos programas de distribuição de livros didáticos nas escolas públicas de todo o Brasil, conta com uma amostragem significativa desta realidade. Sobre isso ver: SILVA, Taís Pereira. Um retrato (parcial) da filosofia na escola: Desafios diante do novo ensino médio e base nacional comum curricular. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, Vol. 15, Nº. 1, 2024, págs. 229-239.

uma espécie de vinculação a um “projeto de poder que tem a Europa como centro radial e o mundo norte-ocidental como seu modelo a ser expandido” (Tolentino, 2017, p.79). Na histórica ausência de mulheres filósofas, sobretudo fora do eixo centro-europeu, como as latinoamericanas ou africanas, observa-se um reiterado “controle que se opera sobre a produção de discurso socialmente legitimado, mas que atua, sobretudo, nos processos de desumanização que configuram as relações institucionais da colonialidade” (Reis e Carreiro, 2022, p.501). A colonialidade de saber (Mignolo, 2020; Quijano, 2005) opera, assim, como uma lente que tem por objetivo registrar apenas a produção de conhecimento eurocentrada, deixando todas e todos que escapam de seus registros legados ao não reconhecimento. Nas palavras de Joana Tolentino:

É nessa máscara de neutralidade e universalidade, associadas à racionalidade tal como limitada por esse projeto colonizador de poder (e saber), que identifico a maior perversidade do cânone filosófico, na tentativa de construir saberes não-situados, discursos proferidos por sujeitos abstratos - logo, desinteressados, neutros, sem sotaque. No privilégio de processos des-historicizantes dos saberes, posto que universais, atemporais, acima do bem e do mal, processos que perversamente os desligam dos poderes que lhes são inerentes (TOLENTINO, 2017, p.82).

O currículo e os manuais de ensino foram por muito tempo pensados em uma lógica de poder na qual o privilégio epistêmico de ser universal, isto é, como “a categoria não marcada” (Haraway, 2009), neutra e universal correspondia a história e a produção de conhecimento eurocentrada e, mais recentemente, norte-americanocentrada. A própria linha do tempo que registra as divisões entre antiguidade, idade média, modernidade e contemporaneidade acompanha marcos históricos característicos da história do Ocidente. Marcos históricos que passam, inclusive, por imperialismo, colonialismo, escravização e subalternidade de povos inteiros legados à morte de sua própria história. Compreender e se posicionar frente a esta violência epistêmica, que resulta em ausências e invisibilidades, passa pela construção de currículos e livros didáticos à luz da pluriversalidade (Ramose, 2011; Noguera, 2014), da amefricanidade (González, 1988), da leitura crítica ao cânone com o resgate de diferentes mulheres filósofas há muito excluídas da história. Este posicionamento corresponderia a uma aproximação da crítica feminista de objetividade corporificada pensada por Haraway (2009).

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias* [recurso eletrônico] : *a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução Bruna Barros, Jess Oliveira. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

DASTON, Lorraine. As imagens da objectividade: a fotografia e o mapa. In: GIL, Fernando (Org.). *A ciência tal qual se faz*. Tradução de Paulo Tunhas. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1999.

FRICKER, Miranda. *Injustiça Epistêmica: o poder e a ética do conhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

HARAWAY. Donna. *Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes*. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom – Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>

___, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 06 set. 2021.

HARDING, S. Objectividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo de Sandra Harding, *Revista Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, ano 3, n. 5, 2019;

___ *Objectivity and Diversity: Another Logic of Scientific Research*, University of Chicago Press, 2015;

___, A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *R. Estudos Feministas*. n. 1, p. 7-31, 1993;

___, *The Science Question in Feminism*, Ithaca: Cornell University Press, 1986.

MADEIRA, Drica. Da denúncia internacional à crítica das estruturas patriarcais. in: MACHADO, Rita (Org.) *As pensadoras*; vol.5. São Leopoldo, RS: Editora As Pensadoras, 2025, p.111-128.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais:colonialidade, saber subalterno e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas/Biblioteca Nacional, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección SurSur, CLACSO, 2005, p. 117-142.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. Trad. Dirce Solis, Rafael Lopes e Roberta Cassiano. *Ensaaios Filosóficos*, v. 4, out./2011, p. 6-23.

REIS, Diego dos Santos; CARREIRO, Gabriela. TRAVESSIAS FILOSÓFICAS, TESSITURAS AMEFRICANAS: O CURRÍCULO DE FILOSOFIA AO RÉSDO-CHÃO. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 8, N.2, maio-ago de 2022, pág. 498-512.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., 9 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TOLENTINO, Joana. Filósofas: invisibilidade e silenciamento. *Revista Sísifo – Feira de Santana* – v. 1, nº 6, novembro 2017, p.79-92. Disponível em: <https://www.revistasisifo.com/2017/11/filosofas-invisibilidade-e-silenciamento.html>